

Fisioterapeutas e ULS: o caminho necessário

A Ordem dos Fisioterapeutas (OF) acaba de ser admitida, por unanimidade, no Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP). Este é mais um passo na valorização de uma instituição com apenas quatro anos de idade e para o reconhecimento público de uma profissão autónoma e totalmente centrada no utente.

Estamos perante um momento histórico para uma profissão que durante muitos anos foi vista como uma atividade “auxiliar”. Esse panorama tem vindo a alterar-se progressivamente e teve também expressão na recente revisão do estatuto das ordens profissionais.

Hoje a Fisioterapia é uma disciplina científica ensinada em mais de 20 escolas do ensino superior, por corpos docentes constituídos por fisioterapeutas que garantem o acesso a licenciaturas, mestrados e até doutoramentos. Esta formação é a base para que haja uma profissão regulamentada e com a credibilidade imprescindível à qualidade dos serviços que presta ao utente.

Em paridade com outras ordens, a OF assegura a autoregulação nesta atividade, assente num Código de Ética e num Código Disciplinar que fazem com que o trabalho de 11.700 profissionais seja feito no respeito por princípios e valores da máxima exigência e rigor. Desenvolvendo a sua atividade no âmbito do SNS ou fora dele, os fisioterapeutas estão cada vez mais focados nos seus utentes e na prestação de serviços que se desdobram em mais de uma dezena de áreas/especialidades, desde a fisioterapia em oncologia ou no desporto, em saúde mental ou em pediatria, na cardiopulmonar e vascular ou em saúde pélvica e da mulher, da neurologia à fisioterapia em contextos de emergência, entre várias outras.

O momento a que chegámos na sequência de uma luta de décadas coloca entretanto novos desafios à autonomia desta atividade: autonomia clínica, profissional e de gestão. A primeira em boa medida já existe com os fisioterapeutas a poderem ser responsáveis perante os seus utentes. A segunda surgiu com a Ordem e os seus poderes de jurisdição. A última exige novos passos decididos para que os fisioterapeutas possam gerir espaços e serviços no sentido de serem asseguradas as condições para se darem melhores respostas e rentabilizar recursos.

Estes desafios colocam-se tanto a nível como SNS como das unidades privadas. A OF está empenhada em ver reconhecido o princípio da necessidade de criação de Serviços e Unidades de Fisioterapia no SNS, com modelo de organização e funcionamento semelhante ao que já está a ser implementado para outras profissões de saúde, como psicólogos e nutricionistas.

Esta posição, já apresentada ao Ministro da Saúde e ao Diretor-Executivo do SNS, no âmbito da reforma organizativa do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente pelo alargamento das Unidades Locais de Saúde (ULS), defende uma aposta forte na integração e na intervenção direta na gestão dos recursos, já que os fisioterapeutas têm competências para intervir tanto no âmbito dos cuidados de saúde primários e na comunidade, como nos hospitalares.

A existência de consultas de fisioterapia em funcionamento em diversas unidades do SNS, pelos bons resultados evidenciados, é a melhor prova do que afirmamos. Mas ela reclama, para correto funcionamento do sistema e benefício tanto dos utentes como dos recursos do Estado, que se possa avançar mais no sentido da maior autonomia de gestão e contratualização por parte dos fisioterapeutas. A desejada integração de Serviços e Unidades de Fisioterapia contribuirá para a qualificação da resposta do SNS e para o incremento da articulação entre equipas de profissionais de saúde, com impacto direto na saúde do cidadão/utente.

A Ordem dos Fisioterapeutas acompanha a visão de sistema integrado de várias instituições e vários profissionais, na procura de soluções com impacto na vida do cidadão e do utente. As Unidades Locais de Saúde (ULS) são um modelo de organização que objetiva esse propósito uma vez que pretendem colocar o utente no centro do sistema, garantido de forma integrada cuidados assistenciais primários, hospitalares e continuados, e consensualizam as diferentes visões dos profissionais e agentes envolvidos, permitindo articulação direta com as diferentes especialidades médicas e não médicas, num modelo que visa elevada poupança de indicadores de custo ao mesmo tempo que garante elevados ganhos em saúde.

Reconhecemos que na área da saúde é necessária uma análise multidisciplinar com resposta integrada, desde a avaliação até ao planeamento de cuidados, enfatizando as necessidades do utente como o centro de atenção, assente nas diferentes perspetivas de abordagem dos diferentes perfis profissionais, exigindo uma permanente colaboração interdisciplinar e interprofissional, como peças fundamentais do trabalho em equipa.

A análise desenvolvida pela Ordem dos Fisioterapeutas apresenta os benefícios para o cidadão na perspetiva da integração de cuidados e trabalho em equipa, que vão desde a promoção da saúde, prevenção da doença, passando pelo tratamento, pela diminuição e diferimento de intervenções cirúrgicas, até à diminuição de períodos de internamento e altas clínicas e à melhor eficiência dos recursos. Numa abordagem integrada da profissão de fisioterapeuta, e tendo sempre como centralidade o utente/cidadão, traçamos o nosso plano de ação, adequado à visão da saúde, nos cuidados de proximidade, em rede e de ação direta com a população portuguesa, na nova organização das unidades funcionais do SNS e adaptado às novas realidades das necessidades em saúde.

A Ordem dos Fisioterapeutas defende que os recursos humanos e os serviços das Unidades Locais de Saúde sejam reorganizados com Serviços e Unidades de Fisioterapia. Serão garantidos, desse modo, e com base na visão para a intervenção da Fisioterapia, os cuidados na promoção da saúde, prevenção da doença, na continuidade de cuidados de altas hospitalares e de resposta aos cuidados não agudos. A integração dos Serviços e Unidades de Fisioterapia, em rede com médicos e outros profissionais de saúde como enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais, entre outros, permitirá o acesso a cuidados que se entendem como diferenciados, disponibilizando-os para as exigências inerentes à sua prestação.

Este é o momento certo para que as Unidades Locais de Saúde garantam a transversalidade que os cuidados de Fisioterapia deverão ter entre as unidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS), a sua intervenção direta na gestão dos recursos e no impacto direto no cidadão/utente.

Também uma adequada formulação das unidades privadas de saúde, cuja portaria de regulamentação parece estar para breve publicação, terá forte impacto nesta atividade.

Os fisioterapeutas não pretendem pôr em causa o papel de ninguém. Antes procuram, mais do que nunca, garantir uma correta organização e interação com todos os profissionais da Saúde com os olhos postos nos interesses da comunidade.

António Lopes

Bastonário da Ordem dos Fisioterapeutas